

# TERRITORIAL



O golpe de Temer, além de diversas outras consequências trágicas, também afetou negativamente a vinculação de trabalhadores a sindicatos. Se de 2012 a 2015 o número total de sindicalizados chegou inclusive a aumentar, em 2016 e 2017 este número despencou, inclusive a taxa de sindicalização, mesmo com um total de ocupados razoavelmente estável. Este impacto foi percebido pelo mercado de trabalho dos estados da federação em diferentes proporções. No período de 2012 a 2017 o perfil dos sindicalizados também se alterou moderadamente.

## Os trabalhadores sindicalizados no pós golpe

Engana-se quem pensa que os tempos sombrios para a sindicalização dos trabalhadores começaram agora. É certo que a reforma trabalhista de Temer em 2017, quando tornou facultativa a contribuição sindical, e as sérias dificuldades no processo de contribuição sindical criadas por Medida Provisória pelo presidente Bolsonaro, possuem um poder devastador para a manutenção dos sindicatos do país. Mas os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2016 e 2017 apontam que um processo forte de dessindicalização iniciou-se já em 2016, ano do golpe do ex-presidente Temer.

Tais propostas para enfraquecer os sindicatos, que possuem como principal função a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores de diferentes categorias, caem como uma luva para o atual projeto neoliberal, que prevê a entrega de grande parte da estrutura estatal nacional e das riquezas naturais do país ao setor privado nacional, e, em grande parte, ao privado e estatal estrangeiro.

### Quantos são e onde estão

O número de trabalhadores ocupados sindicalizados cresceu de 14,481 milhões de pessoas em 2012 para 14,659 em 2015, um incremento de aproximadamente 178 mil trabalhadores sindicalizados. No entanto, conforme pode-se observar na tabela 1, este número passou a reduzir a partir de 2016, chegando a 13,1 milhões em 2017, uma redução de 1,5 milhões de ocupados sindicalizados em apenas dois anos. Vale lembrar que número total de ocupados no país era praticamente o mesmo no último trimestre de 2015 (92,2 milhões de pessoas) em comparação ao último de 2017 (92,1 milhões de pessoas), segundo a Pnad Contínua Trimestral.

Todavia os estados da federação apresentaram realidades distintas em ambos períodos. Se de 2012 a 2015 doze estados já apresentaram redução no total de ocupados sindicalizados, entre 2015 e 2017 foram 22 estados nesta situação. Sendo que seis estados apresentaram variações negativas superiores a cem mil trabalhadores, com destaque negativo para o Paraná (-248 mil sindicalizados), Minas Gerais

(-216 mil) e Rio Grande do Sul (-207 mil). Em 2017, os estados com mais ocupados sindicalizados foram

São Paulo (3,3 milhões), Minas Gerais (1,3 milhões), Rio Grande do Sul (1 milhão) e Bahia (926 mil).

Tabela 1. Trabalhadores ocupados e sindicalizados

Unidades da Federação	Total de sindicalizados				
	2012	2015	2017	Varição 2012-2015	Varição 2015-2017
Brasil	14.481.449	14.659.291	13.136.861	177.842	<b>-1.522.430</b>
Acre	47.132	51.642	41.762	4.510	<b>-9.880</b>
Alagoas	137.030	102.266	85.236	<b>-34.764</b>	<b>-17.030</b>
Amapá	39.901	36.253	38.566	<b>-3.648</b>	2.313
Amazonas	228.744	167.126	158.501	<b>-61.618</b>	<b>-8.625</b>
Bahia	997.043	1.086.841	926.160	89.798	<b>-160.681</b>
Ceará	556.255	507.993	517.816	<b>-48.262</b>	9.823
Distrito Federal	284.981	281.421	263.850	<b>-3.560</b>	<b>-17.571</b>
Espírito Santo	427.048	341.352	340.236	<b>-85.696</b>	<b>-1.116</b>
Goiás	330.258	328.710	353.351	<b>-1.548</b>	24.641
Maranhão	559.455	586.950	474.033	27.495	<b>-112.917</b>
Mato Grosso	202.464	207.382	185.156	4.918	<b>-22.226</b>
Mato Grosso do Sul	169.348	163.625	189.544	<b>-5.723</b>	25.919
Minas Gerais	1.380.094	1.536.727	1.320.878	156.633	<b>-215.849</b>
Pará	474.066	514.403	469.174	40.337	<b>-45.229</b>
Paraíba	279.300	294.219	257.381	14.919	<b>-36.838</b>
Paraná	977.988	953.538	705.161	<b>-24.450</b>	<b>-248.377</b>
Pernambuco	451.349	414.601	362.719	<b>-36.748</b>	<b>-51.882</b>
Piauí	312.308	353.784	287.352	41.476	<b>-66.432</b>
Rio de Janeiro	803.682	847.069	681.941	43.387	<b>-165.128</b>
Rio Grande do Norte	224.179	268.355	200.371	44.176	<b>-67.984</b>
Rio Grande do Sul	1.215.070	1.225.022	1.018.396	9.952	<b>-206.626</b>
Rondônia	152.211	134.065	125.928	<b>-18.146</b>	<b>-8.137</b>
Roraima	23.864	27.988	18.205	4.124	<b>-9.783</b>
Santa Catarina	710.001	638.695	646.365	<b>-71.306</b>	7.670
São Paulo	3.331.472	3.405.687	3.313.676	74.215	<b>-92.011</b>
Sergipe	115.698	122.931	94.790	7.233	<b>-28.141</b>
Tocantins	50.508	60.646	60.315	10.138	<b>-331</b>

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADC 2012, 2015 e 2017/IBGE.

A taxa de sindicalização permite um olhar mais apurado desta presença e variação, principalmente quando se compara estados mais e menos populosos. É possível perceber na Tabela 2 que quatro estados possuem taxas inferiores a 10%, o caso de Alagoas (8,2%) e Rio de Janeiro (9,3%), por exemplo; e que seis estados apresentam valores superiores a 18%, como Piauí e Maranhão, com as respectivas proporções de ocupados sindicalizados frente ao total de ocupados de 22,9% e 20%.

A variação da taxa de sindicalização brasileira entre 2012 e 2015 foi de -0,3 ponto percentual (pp). Nos dois anos seguintes, no entanto, esta queda foi cinco vezes maior, -1,5pp. Os estados que apresentaram maiores reduções entre 2015 e 2017 foram Roraima (-4,7pp), Paraná (-4,4pp), Rio Grande do Norte (-3,7pp) e Rio Grande do Sul (-3,3pp). Os únicos estados que apresentaram aumento da taxa neste período foram Mato Grosso do Sul (1,8pp), Amapá (0,7pp) e Goiás (0,5pp).

Tabela 2. Trabalhadores ocupados e sindicalizados

Unidades da Federação	Taxa de sindicalização				
	2012	2015	2017	Variação 2012-2015	Variação 2015-2017
Brasil	16,2	15,8	14,4	-0,3	-1,5
Rondônia	19,7	17,5	15,4	-2,2	-2,1
Acre	16,5	16,9	14,5	0,4	-2,4
Amazonas	15,9	11,0	10,0	-4,9	-1,0
Roraima	13,4	14,2	<b>9,6</b>	0,8	<b>-4,7</b>
Pará	14,6	14,8	13,6	0,2	-1,2
Amapá	14,2	12,3	13,1	-1,9	0,7
Tocantins	8,4	9,8	<b>9,5</b>	1,4	-0,3
Maranhão	22,6	22,4	<b>20,0</b>	-0,2	-2,4
Piauí	23,8	25,2	<b>22,9</b>	1,4	-2,2
Ceará	16,5	14,8	14,7	-1,7	-0,0
Rio Grande do Norte	17,3	19,2	15,5	1,9	<b>-3,7</b>
Paraíba	18,7	18,2	16,6	-0,4	-1,6
Pernambuco	13,0	11,2	10,6	-1,8	-0,6
Alagoas	12,3	8,9	<b>8,2</b>	-3,4	-0,8
Sergipe	12,8	12,9	10,7	0,1	-2,2
Bahia	15,8	16,4	15,4	0,5	-1,0
Minas Gerais	14,3	15,3	13,4	1,0	-1,9
Espírito Santo	23,1	18,5	<b>18,5</b>	-4,6	-0,0
Rio de Janeiro	10,9	11,5	<b>9,3</b>	0,6	-2,2
São Paulo	15,9	16,0	15,3	0,1	-0,7
Paraná	17,9	17,3	12,9	-0,6	<b>-4,4</b>
Santa Catarina	21,3	18,4	<b>18,2</b>	-2,8	-0,2
Rio Grande do Sul	22,2	21,6	<b>18,2</b>	-0,7	<b>-3,3</b>
Mato Grosso do Sul	14,4	13,2	15,0	-1,2	1,8
Mato Grosso	14,0	13,4	12,0	-0,6	-1,4
Goiás	10,7	10,3	10,8	-0,4	0,5
Distrito Federal	21,7	20,0	<b>18,1</b>	-1,7	-1,9

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADC 2012, 2015 e 2017/IBGE.

### Quem são

É interessante observar o perfil distinto do trabalhador sindicalizado em relação aos não associados a sindicatos. A tabela 3 permite observar que, se na distribuição por sexo as proporções são similares, no aspecto da instrução já se observa diferenças significativas. Os trabalhadores sindicalizados possuem predominância no maior nível de instrução, pois 31,3% destes têm ensino superior, proporção que é quase duas vezes a dos trabalhadores não sindicalizados (16,4%).

Os trabalhadores sindicalizados, em geral, também apresentam um melhor posicionamento na ocupação em relação aos trabalhadores não sindicalizados. Quase metade (48,4%) deles está no setor privado com carteira assinada, perante a 34,3% dos trabalhadores não sindicalizados. Apenas 4,3% dos sindicalizados trabalham neste setor sem registro em carteira, ao passo que para os não sindicalizados esta proporção é três vezes maior, 13,5%. A proporção de trabalhadores domésticos sindicalizados ainda é muito baixa e representa apenas 1,5% destes, frente a 7,7% dos trabalhadores não sindicalizados.

Os trabalhadores por conta própria também representam uma proporção no grupo dos sindicalizados significativamente inferior aos dos não sindicalizados, 15,2% diante de 27% dos demais. O setor público possui quase o dobro do peso entre os ocupados sindicalizados (23,6%) do que entre os não sindicalizados (10,5%).

A tabela 3 também apresenta dados do grupamento de atividades de ambos perfis de trabalhadores. Em consequência pode-se observar menor pro-

porção significativa entre os ocupados sindicalizados nas atividades ligadas à construção civil (3,7% entre os sindicalizados e 8,4% entre os não sindicalizados), ao comércio e reparação de veículos (13,4% e 20,2%), a alojamento e alimentação (2,7% e 6,2%), a serviços domésticos (1,5% e 7,7%) e a outros serviços (2,1% frente a 5,4% dos não sindicalizados). Já o setor agropecuário (14% frente a 8,8%) e a administração pública (28,1% contra 15,3%) são setores com maior peso dentre os sindicalizados do que para os demais.

Tabela 3. Trabalhadores ocupados por situação de sindicalização

Características gerais dos trabalhadores ocupados por situação de sindicalização em 2017		Ocupados sindicalizados		Ocupados não sindicalizados	
		Nº	%	Nº	%
Sexo	Homem	7.605.000	57,9	44.197.021	56,4
	Mulher	5.531.862	42,1	34.115.346	43,6
	Total	<b>13.136.862</b>	100,0	78.312.367	100,0
Nível de instrução	Sem instrução e fundamental incompleto	2.935.755	<b>22,3</b>	22.344.656	28,5
	Ensino fundamental completo e médio incompleto	1.327.939	<b>10,1</b>	12.874.159	16,4
	Ensino médio completo e superior incompleto	4.766.670	36,3	30.247.612	38,6
	Superior completo	4.106.497	<b>31,3</b>	12.845.941	16,4
Posição na ocupação do trabalho principal	Empregado no setor privado com CTPS assinada	6.358.993	<b>48,4</b>	26.836.282	34,3
	Empregado no setor privado sem CTPS assinada	569.900	<b>4,3</b>	10.552.610	13,5
	Trabalhador doméstico	193.626	<b>1,5</b>	6.014.349	7,7
	Empregado no setor público (inclusive serv. estatutário e militar)	3.100.729	23,6	8.237.922	10,5
	Empregador	659.455	5,0	3.573.025	4,6
	Conta própria	1.995.899	<b>15,2</b>	21.109.501	27,0
	Trabalhador familiar auxiliar	258.259	2,0	1.988.679	2,5
Grupamentos de atividade no trabalho principal	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.839.791	14,0	6.863.051	8,8
	Indústria geral	2.027.037	15,4	9.821.288	12,5
	Construção	489.024	<b>3,7</b>	6.550.373	8,4
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.757.564	<b>13,4</b>	15.827.133	20,2
	Transporte, armazenagem e correio	800.598	6,1	3.762.243	4,8
	Alojamento e alimentação	357.996	<b>2,7</b>	4.872.828	6,2
	Informação, comunic. ou ativ. financeiras, imobiliárias, profissionais ou administrativas	1.694.878	12,9	8.300.914	10,6
	Adm. pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.690.528	28,1	11.947.026	15,3
	Outros Serviços	282.004	<b>2,1</b>	4.262.390	5,4
	Serviços domésticos	195.590	<b>1,5</b>	6.061.200	7,7

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADC 2012, 2015 e 2017/IBGE.

Por fim, a tabela 4 permite analisar a variação do perfil dos trabalhadores sindicalizados desde o iní-

cio da série histórica da Pnad Contínua, em 2012, como o aumento da participação feminina, que su-

biu de 39,3% em 2012 para 42,1% em 2017.

Ao observar a evolução histórica nota-se também um decréscimo da participação de trabalhadores com até o ensino médio incompleto de 6,9 pontos percentuais (pp) e um consequente aumento nos com ensino superior de 6 pp.

No item posição da ocupação, a presença do empregado do setor público variou positivamente em 2 pp, ao passo que o empregado com carteira, seguindo inclusive os indicadores do mercado de trabalho dos últimos anos, apresentou redução de

1,2 pp, bem como os “conta própria” (-0,8 pp) e o trabalhador familiar auxiliar (-0,9 pp).

As atividades industriais e as agropecuárias foram as que apresentaram maior redução entre os sindicalizados no período analisado, com reduções respectivas de 3,3 pp e 2,6 pp. A construção civil também apresentou queda de 0,9 pp. Já os setores de comércio e reparação de veículos apresentou incremento de 1,1 pp. Mas o setor que, definitivamente, aumentou sua participação neste grupo foi o da administração pública, um crescimento de 3,5 pontos percentuais.

Tabela 4. Trabalhadores ocupados e sindicalizados

Características gerais dos trabalhadores ocupados sindicalizados em 2017		Ocup. Sindicaliz. 2012		Ocup. Sindicaliz. 2017		Variação 2012-2017		Taxa de sindicalização		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	2012	2017	Var. 2012-2017
Sexo	Homem	8.792.078	60,7	7.605.000	57,9	-1.187.078	-2,8	17,0	14,7	-2,3
	Mulher	5.689.371	39,3	5.531.862	42,1	-157.509	2,8	15,0	14,0	-1,1
	Total	14.481.449	100,0	13.136.862	100,0	-1.344.587	0,0	16,2	14,4	-1,8
Nível de instrução	Sem instrução e fundamental incompleto	3.972.613	27,4	2.935.755	22,3	-1.036.858	-5,1	13,4	11,6	-1,7
	Ensino fundamental completo e médio incompleto	1.721.652	11,9	1.327.939	10,1	-393.713	-1,8	11,1	9,4	-1,8
	Ensino médio completo e superior incompleto	5.136.401	35,5	4.766.670	36,3	-369.731	0,8	16,3	13,6	-2,7
	Superior completo	3.650.783	25,2	4.106.497	31,3	455.714	6,0	28,4	24,2	-4,2
Posição na ocupação do trabalho principal	Empregado no setor privado com CTPS assinada	7.186.316	49,6	6.358.993	48,4	-827.323	-1,2	20,9	19,2	-1,7
	Empregado no setor privado sem CTPS assinada	603.203	4,2	569.900	4,3	-33.303	0,2	5,4	5,1	-0,3
	Trabalhador doméstico	165.570	1,1	193.626	1,5	28.056	0,3	2,7	3,1	0,5
	Empregado no setor público	3.135.620	21,7	3.100.729	23,6	-34.891	2,0	28,4	27,3	-1,1
	Empregador	661.111	4,6	659.455	5,0	-1.656	0,5	18,6	15,6	-3,0
	Conta própria	2.320.918	16,0	1.995.899	15,2	-325.019	-0,8	11,3	8,6	-2,7
	Trabalhador familiar auxiliar	408.710	2,8	258.259	2,0	-150.451	-0,9	14,7	11,5	-3,2
Grupos de atividade no trabalho principal	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.401.338	16,6	1.839.791	14,0	-561.547	-2,6	23,2	21,1	-2,1
	Indústria geral	2.714.134	18,7	2.027.037	15,4	-687.097	-3,3	21,1	17,1	-4,0
	Construção	671.955	4,6	489.024	3,7	-182.931	-0,9	8,9	6,9	-2,0
	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.774.763	12,3	1.757.564	13,4	-17.199	1,1	10,5	10,0	-0,5
	Transporte, armazenagem e correio	877.980	6,1	800.598	6,1	-77.382	0,0	20,8	17,5	-3,3
	Alojamento e alimentação	288.131	2,0	357.996	2,7	69.865	0,7	7,7	6,8	-0,8
	Informação, comunic. ou ativ. financeiras, imobiliárias, profissionais ou administrativas	1.794.063	12,4	1.694.878	12,9	-99.185	0,5	18,8	17,0	-1,8
	Adm. pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3.557.992	24,6	3.690.528	28,1	132.536	3,5	24,8	23,6	-1,2
	Outros Serviços	232.897	1,6	282.004	2,1	49.107	0,5	6,1	6,2	0,2
	Serviços domésticos	165.570	1,1	195.590	1,5	30.020	0,3	2,7	3,1	0,5

Fonte: Elaboração própria a partir PNADC 2012 e 2017/IBGE.

A taxa de sindicalização no entanto reduziu-se para praticamente todos os perfis e categorias. Os destaques negativos no período para os ocupados sindicalizados, foram muitos: os trabalhadores homens (-2,3 pp), os com ensino médio (-2,7 pp) e com ensino superior (-4,2 pp), as posições na ocupação trabalhador familiar auxiliar (-3,2 pp), empregador (-3 pp) e conta própria (-2,7 pp), e as

atividades industriais (-4 pp), transporte, armazenagem e correios (-3,3 pp), agropecuária (-2,1 pp) e de construção civil (2 pp).

As únicas atividades que apresentaram variação positiva na participação foram as que historicamente sempre foram pouco vinculadas numericamente aos sindicatos, as de serviços domésticos e outros serviços com 0,3 pp e 0,5 pp, respectivamente.